

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE NA
INCLUSÃO SOCIAL

9,5

QUESTÃO DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE
COLNIZA-MT.

anadir_cristina@hotmail.com

AUTORA: ANADIR CRISTINA FRANCISCO DIAS FACHINI
ORIENTADORA: PROF^a. MA. MARINA SILVEIRA LOPES

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE NA
INCLUSÃO SOCIAL**

**QUESTÃO DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE
COLNIZA-MT.**

AUTORA: ANADIR CRISTINA FRANCISCO DIAS FACHINI

ORIENTADORA: Prof^a. Ma. MARINA SILVEIRA LOPES

anadir_cristina@hotmail.com

Trabalho apresentado como requisito para aprovação de
conclusão do Curso de Pós-graduação em Psicopedagogia
com ênfase em inclusão social.

COLNIZA/2011

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE NA
INCLUSÃO SOCIAL

BANCA EXAMINADORA

Professora Ma. Marina Silveira Lopes

COLNIZA/2011
AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por nos permitir a graça divina em alcançar nossos objetivos,

Aos nossos professores e aos nossos amigos que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho a família, pela compreensão de nossa ausência em vários momentos importantes de suas vidas e a todos que nos apoiaram, motivando-nos a continuarmos perseverantes em nossa aventura acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho apresenta um breve histórico da construção de gênero, identidade dos profissionais da Educação Infantil no Brasil e sua ação pedagógica. A questão de gênero eclodiu na sociedade por volta dos anos 70, por meio de movimentos feministas que lutaram por direitos igualitários e reconhecimento de suas competências profissionais. A luta, para romper velhas idéias de que a mulher sempre foi e sempre será o sexo frágil, teve grande êxito, uma dessas conquistas foi a inserção da mulher no mercado de trabalho intensificando-se a idéia de que seria importante incentivar a educação feminina. É preciso considerar, porém, que os discursos não são homogêneos, lineares ou convergentes. Ao mesmo tempo em que se enfatizava a necessidade de uma educação feminina, mais voltada para o lar, havia outro movimento que, aos poucos, tentava implementar um redimensionamento do papel exercido pelas mulheres no lar e na sociedade em geral. Isto se deu em função do processo de industrialização e da crescente urbanização na sociedade brasileira, abrindo novas possibilidades de trabalho para os homens, até então, principais responsáveis pela atividade docente no Brasil. O magistério passou a ser desinteressante para os homens que, dentre outras coisas, viam nas indústrias recém-criadas e nas mais novas atividades urbanas oportunidades de maiores salários e novas chances de ascensão social. Para compreendermos melhor a questão de gênero na Educação Infantil do município de Colniza-MT, fez-se necessário refletirmos e analisarmos como o profissional é visto na Instituição da qual faz parte e a capacitação dada pela questão de gênero nessas unidades de ensino. Para alcançar tais objetivos, Direccionamos nossa entrevista a 02 (dois) professores que atuam na Escola Municipal de Educação Infantil Raio de Sol de Colniza-MT.

Palavras-chave: gênero; educação; sexualidade; feminismo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. CAPÍTULO I: BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	11
2.1 As instituições de educação infantil	11
3. CAPÍTULO II: IDENTIDADE E GÊNERO.....	14
4. CAPÍTULO III: DOCÊNCIA FEMININA: UMA CONDIÇÃO POSSÍVEL.....	17
4.1. Masculino x feminino na Educação Infantil.....	20
5. CONCLUSÃO.....	28
6. REFERÊNCIAS.....	29

1. INTRODUÇÃO

A mulher moderna nem sempre teve oportunidade no mercado de trabalho, os homens eram os principais responsáveis pelo sustento familiar. As mulheres por sua vez cuidavam dos filhos, dando atenção e a educação necessária. Elas eram vistas como o sexo frágil, incapazes de realizar tarefas destinadas ao sexo masculino.

O movimento feminista foi um dos acontecimentos que marcaram a luta das mulheres por direitos igualitários e reconhecimento de suas competências profissionais. A educação era o único espaço destinado às mulheres, por serem consideradas, mais delicada, sensível, por possuir o dom materno e principalmente por ser uma profissão desinteressante para os homens que buscavam novas oportunidades de maiores salários.

Diante do contexto social atual e das diversas configurações familiares a mulher moderna vem assumindo a responsabilidade pelas despesas financeiras de sua família, predominando em alguns setores de trabalho.

No município de Colniza-MT essa realidade não é diferente, o mesmo, possui 03 escolas públicas de Educação Infantil, sendo elas: Creche Criança Feliz, Creche Pequenos Passos e Escola Raio de Sol. As creches atendem uma clientela de 0 a 3 anos de idade e a Escola de Educação Infantil Raio de Sol, crianças de 4 a 5 anos. Em relação aos funcionários formados na área o mesmo dispõe apenas de 10 professores, sendo que a maioria são mulheres.

Diante desse cenário, fez-se necessário a elaboração e execução deste projeto de pesquisa com a finalidade de compreender a presença maciça da mulher na Educação, verificar o processo que consolidou a presença feminina nas instituições infantis e averiguar se há igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em relação ao trabalho com criança pequena no município de Colniza-MT mostrando a importância do sexo masculino para o desenvolvimento infantil.

A fim de entendermos essa dinâmica social, esse projeto de pesquisa foi realizado na Escola Municipal de Educação Infantil “Raio de Sol”. No trabalho de campo foram entrevistados três docentes formados na área, com o intuito de compreender a problemática desvendamos os seguintes questionamentos: Qual a diferença do trabalho

masculino e feminino na escola? Há disponibilização de vagas e capacitação para educadores do sexo masculino neste município? A educação infantil é uma exclusividade feminina?

Além das questões propostas temos como objetivos analisar e compreender a exclusividade feminina na Educação Infantil no Município de Colniza-MT, bem como, reconhecer a importância do educador do sexo masculino para o desenvolvimento infantil; identificar o contexto sociocultural dos educadores dessa área; analisar a disponibilização de vagas e capacitação para educadores do sexo masculino; e compreender a recusa da presença masculina na Educação Infantil.

A pesquisa foi desenvolvido na Escola Municipal de Educação Infantil Raio de Sol do município de Colniza-MT. Primeiro realizamos um levantamento bibliográfico e em sites específicos, após fizemos um questionário aberto qualitativo aberto exploratório com 03 docentes da instituição.

O questionário foi entregue aos educadores, com 03 questões em pauta, o qual foi respondido por escrito com base na opinião de cada um, sem a presença do entrevistador ou de outro entrevistado.

Após a entrega do questionário, foi a análise dos dados coletados de acordo com as referencias bibliográficas que chegamos a um resultado de que a presença feminina prevalece na Instituição Infantil no município de Colniza-MT. Apesar dos avanços da inserção da mulher em setores tidos como masculinos, a educação das crianças ainda é vista como uma condição do sexo feminino imposta pela sociedade, que colabora para a ausência do gênero masculino no processo de cuidar e educar crianças pequenas. Esta ausência vem alimentando certo preconceito em relação à inserção do sexo masculino, colocando em dúvida sua competência profissional. Assim a formação profissional das mulheres continua sendo, para muitos, um aperfeiçoamento do instinto maternal.

O presente trabalho aborda no primeiro capítulo, um breve histórico sobre a educação infantil no Brasil, desde o seu surgimento como assistencialista até sua evolução, a qual faz parte da educação básica nos dias atuais.

O segundo capítulo aborda questões teóricas voltadas para as lutas feministas e a emancipação da mulher no mercado de trabalho.

O terceiro capítulo apresenta um conceito de gênero que surgiu durante as I 10 feministas, aceitação e introdução da mulher no magistério.

Para finalizar foram discutidas neste mesmo capítulo questões que facilitaram a compreensão da grande presença feminina na educação do município de Colniza-MT.

CAPÍTULO I

A EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO

2.1 As instituições de educação infantil

As instituições de Educação Infantil surgiram no Brasil e em outros países por vários motivos, na tentativa de diminuir o grande índice de mortalidade infantil da época. O processo de urbanização, a expansão industrial e a imigração, juntamente com outros fatores históricos e sociais contribuíram para a expansão destas instituições.

Na sociedade antiga a criança pequena não era merecedora de cuidados necessários à sobrevivência e à afetividade, por ser vista como ser abstrato mediante a sociedade. A presença da família e as relações afetivas e socializadoras continuavam ausentes na idade média, a criança era vista como estorvo, uma “coisa” no cuidado familiar, sem importância alguma no contexto afetivo dos pais.

Segundo Badinter (1985), em seu estudo sobre o amor materno, mostra que as mães pertencentes às classes sociais mais abastadas, dessa época, não tinham tempo para o cuidado de crianças pequenas, pois desenvolviam uma atividade social intensa. Os pequeninos em fase de amamentação, já eram entregues às amas de leite e quando cresciam, eram levados aos internatos.

As mulheres, dessa época, eram educadas para obedecer e satisfazer todas as vontades do marido, voltando sua atenção para a administração da casa e para as obrigações sociais da época, acompanhando-o em seus afazeres sociais como uma boa esposa.

Para Áries (1981 *apud* Lorensini, 2.000), o surgimento do sentimento da infância, a percepção do infante e o desejo de cuidá-lo, apareceram somente a partir do século XIII, representadas através de retratos nus ou associadas aos motivos religiosos. A partir do século XVI e XVII, a criança passa a ser mais respeitada, tendo participação no meio social, o qual levou as famílias a se preocuparem em diminuir o alto índice de mortalidade infantil, estabelecendo sentimentos de afeição e utilizando uma linguagem

própria para falar com as mesmas, surgindo também a preocupação com a educação das crianças maiores de 7 anos.

Segundo Louro (1997) a partir do século XVIII, surge a preocupação com a higiene e a saúde física por parte da família. Com o avanço da industrialização a família moderna mudou suas ações ativas no contexto social, em que a figura paterna assume responsabilidades em suprir as necessidades familiares. Apesar de tentar conquistar sua autonomia no mercado de trabalho, a mulher permanece mais restrita ao lar, com a função de cuidar e orientar seus filhos. Sendo os cuidados de higiene e saúde uma condição feminina imposta pela própria sociedade.

As primeiras instituições infantis eram de caráter assistencialista, e tinham com objetivo o “cuidar” da criança pequena voltado para a higiene corporal e a saúde.

Segundo Kuhlmann (1998 *apud* Lorensini, 2.000), para concretizar essas instituições que tinham como função básica a de “guardar”, seria necessário a ajuda de mulheres, como mães burguesas, esposas e parentes de promotores das associações assistenciais, auxiliando a intervenção dos homens médicos, como modelo para mães trabalhadoras e profissionais, que desenvolviam seu trabalho nessas instituições. As mesmas surgiram devido a necessidade de diminuir a mortalidade infantil decorrente da extrema pobreza da maioria da população e da inserção feminina no mercado de trabalho.

As instituições privadas da época foram criadas por proprietários de indústrias, a fim de guardar os filhos das operárias, com o objetivo de alcançar maior produtividade, uma vez que as mães ficariam “despreocupadas”, em relação ao bem estar da criança. As creches de modo geral foram criadas para amenizar a negligência da mãe, enquanto trabalhavam. (SAYÃO, 2005).

Com o passar do tempo as famílias burguesas começaram a ter uma nova visão da criança pequena, reivindicando os primeiros jardins de infância que atendessem crianças de 04 ou mais anos, implantando uma dupla modalidade de atendimento às crianças pequenas, em relação à classe social, Kramer (1992) e Rosemberg (1989) afirmavam:

A década de 80 é marcada por grandes discussões a cerca da Educação Infantil. Cresce a preocupação da Psicopedagogia, culminando numa significativa mudança de consciência acerca da infância, tendo como consequência o

repensar no atendimento às crianças menores de 07 anos (KRAMÉ, 1991; ROSEMBERG, 1989, *apud* LORENSINE, 2.000, p.34).

Nesta época os problemas referentes à educação pré-escolar são: ausência de uma política global e integrada; a falta de coordenação entre programas educacionais e de saúde; predominância do enfoque preparatório para o primeiro grau; insuficiência de docente qualificado, escassez de programas inovadores e falta da participação familiar e da sociedade.

Através da Constituição Federal de 1988, a educação pré-escolar é vista como necessária e de direito de todos, além de ser dever do Estado e deverá ser integrada ao sistema de ensino tanto creches como escolas. (BRASIL, 1988).

Com a promulgação dessa Lei, as creches, que eram vinculadas à área de assistência social, passaram a ser de responsabilidade da educação. Tomou-se por orientação o princípio de que essas instituições não apenas cuidam das crianças, mas devem, prioritariamente, desenvolver um trabalho educacional.

Porém, essa descentralização e municipalização do ensino trazem outras dificuldades, como a dependência financeira dos municípios com o Estado para desenvolver a educação infantil e primária. O Estado nem sempre repassa o dinheiro necessário, deixando o ensino de baixa qualidade, favorecendo as privatizações.

Diante deste contexto as duas últimas décadas foram marcadas pelas conquistas dos direitos da criança pequena, opção da família em dividir a educação com os filhos e dever do Estado na garantia de todos os direitos declarados pela constituição.

Apesar dos avanços na educação em geral, a educação infantil ainda permeia um atendimento voltado para o assistencialismo em muitas instituições do Brasil. Vale ressaltar que a educação de qualidade das nossas crianças não devem se restringir a um direito garantido no papel, mas sim pela prática, pela sociedade em geral.

CAPITULO II

3. IDENTIDADE E GÊNERO: AS INTERFERÊNCIAS SÖCIO-CULTURAIS

O conceito de gênero para Bandeira e Freire (2006), está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo. Através dos movimentos feministas anglo-saxãs designou-se gênero para evitar a forte associação biológica que o termo sexo comporta, ficando claro na expressão diferença sexual. Esses movimentos surgiram através de mulheres brancas de classe média que reivindicavam a oportunidade de estudo, direitos de planejamento familiar e acesso a determinadas profissões.

Segundo Louro (1997) as manifestações em prol da igualdade de voto para as mulheres adquiriram uma atenção maior no chamado sufragismo, no qual se alastrou por diversos países, apesar da dominação do gênero masculino enfrentadas pelas mulheres no final do século XIX o sufragismo passou a ser conhecido como a “primeira onda”, centrado na reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita –, nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade e herança.

Diante das reivindicações feministas, o mundo passou a ver as mulheres como escravas e os homens como opressores, conceituando o homem como ser de dominação, hierárquica, que domina outros homens, a família e as demais mulheres da sociedade, presente em todos os sistemas políticos e econômicos.

Até hoje, é muito comum na nossa fala ou escrita, referimos a um grupo de pessoas, mesmo sendo em sua grande maioria mulheres, mas tendo apenas um homem presente, usamos o termo plural no masculino.

A emancipação da mulher é fundamental para o avanço da sociedade em si, essa opressão em que a mulher se sujeitava é um marco trágico da nossa historia, onde as oportunidades básicas de educação e direitos humanos foram e ainda vem sendo negados.

Ainda nos tempos de hoje nos deparamos com mulheres sujeitas à violência e ao desprezo, mulheres privadas de contribuir para o sustento de suas famílias. Louro (1997, p.17) afirma que

A invisibilidade, produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico, como o “verdadeiro” universo da mulher, já vinha sendo gradativamente rompida, por algumas mulheres. Sem dúvida desde há muito tempo, as mulheres das classes trabalhadoras e camponesas exerciam atividades fora do lar, nas fábricas, nas oficinas e nas lavouras... Essas e outras mulheres passaram a ocupar também escritórios, lojas, escolas e hospitais. Suas atividades, no entanto, eram quase sempre rigidamente controladas e dirigidas por homens e geralmente representadas como secundárias, “de apoio”, de assessoria ou auxílio, muitas vezes ligadas à assistência, ao cuidado ou a educação.

A sociedade tem uma visão inferiorizada da mulher, o homem é o ser machão que pode tudo e a mulher “fraca” e “sensível” é submetida a conviver sob limites. A maioria tem que se preocupar com tudo o que se relacione com o cuidado da saúde e bem estar, não somente seu, mas também de todos os membros do grupo familiar.

Em relação a esta desigualdade social Bourdieu (2002) enfatiza entender que a história das mulheres sempre foi de dominação, entre mulheres (dominadas) e o olhar histórico (dominantes). Este olhar histórico alicerçaria, de certa forma, a dominação masculina. Ele entendia que “a relação de dominação exerce-se essencialmente através da violência simbólica, através da imposição de princípios de visão e divisão incorporados, naturalizados, que são aplicados às mulheres e, em particular, ao corpo feminino”.

A questão de gênero está intrinsecamente ligada à formação da identidade, tendo o homem e a mulher papéis diferenciados na sociedade. É natural atribuir a homens e mulheres comportamentos específicos de atitudes morais e cívicos.

Conforme Louro (1997) o argumento em que o indivíduo preconiza de que homens e mulheres são biologicamente distintos, é uma forma de justificar a desigualdade social, determinando o papel que cada um deve desempenhar na sociedade.

A distinção de sexo se inicia com o enxoval do bebê. A cor rosa, na nossa cultura é associada ao sentimento, o azul, ao serviço. Podemos observar que as roupas dos

meninos são confeccionadas em cores escuras, com motivos de esporte, meio de transporte e animais selvagens, enquanto as roupas das meninas são geralmente de cor clara com motivos florais ou animais domésticos elas são mais largas nos quadris com franzidos e adornos nos traseiros. Essa é a identidade que a sociedade impõe ao homem, uma imagem de machismo e virilidade tão mutiladora para ele como a imagem de feminilidade para a mulher.

Como diz Robert Connell (*apud* Livia Perozim, 1995 p. 189), "no gênero, a prática social se dirige aos corpos". O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são "trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico" (PEROZIM, L. 1995 p. 189).

Os estudos feministas nos mostram que, sempre esteve centrado nas relações de poder, tendo a concepção de homem dominante *versus* uma mulher dominada.

Louro (1997) afirma que homens e mulheres constituem relações em que há, constante, negociações, avanços, recuos, consentimentos, revoltas e alianças, desenvolvidas por diferentes práticas sociais. Portanto, os gêneros se produzem, nas e pelas relações de poder.

De acordo com Louro (1997), a primeira luta das mulheres foi em prol dos direitos à igualdade entre o sexo feminino e masculino, mas se depararam com as diferenças

Diante dessa nova problemática, houve um deslocamento de foco tanto nas lutas feministas quanto na história, as relações entre os sujeitos ficam em evidencia, apontando-se para a dimensão relacional e culturalmente construída das diferenças humanas.

A grande diferença na vida do homem e da mulher, de certa maneira, é o de requisitar papéis diferenciados de maternidade/paternidade. Esses papéis também consolidam o processo de identidade dos mesmos, embora de maneira bastante distinta. A divisão de papéis sociais entre homens e mulheres e a reivindicação feminista em busca de igualdade com o sexo masculino, levou a mulher a ocupar um lugar na sociedade. As mulheres tornam público que elas foram oprimidas durante séculos pelo regime patriarcal, chegou a hora de ocupar espaços públicos exigindo igualdade de direitos com os homens

CAPITULO III

4. DOCÊNCIA FEMININA: UMA CONDIÇÃO DE GÊNERO

A formação docente no Brasil nem sempre permeou os altos índices de feminização, essa conquista da mulher nos tempos atuais é marcada historicamente a muitas lutas feministas, mencionados no capítulo anterior.

Segundo Louro (1997) em seu livro *Gênero, Sexualidade e Educação* (1997) as primeiras instituições escolares no Brasil, eram de caráter masculino e religioso. Os jesuítas buscaram investir na formação dos meninos e jovens brancos da classe dominante. Esse modelo de educação permaneceu durante muito tempo no país.

Conforme Almeida (1998) a sociedade associava ao sexo feminino à pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade, espiritualidade e patriotismo, entre outros atributos que colocavam as mulheres como responsáveis por toda beleza e bondade que deveriam impregnar a vida social. A mulher era valorizada como mãe e esposa, no qual o lar era o seu altar, sua esperança de felicidade e o casamento seu principal desejo.

Almeida (1998) relata que as escolas de instrução básica para as meninas, deveriam oferecer curso de profissionalização feminina, desde que fosse voltada para a domesticidade e maternidade. O magistério inseria-se perfeitamente nessa perspectiva da época.

As transformações sociais, a qual o Brasil sofreu em relação à educação, proporciona a igualdade de direitos entre os gêneros, a mulher ganha o direito de ser professora, e a algum tempo vem predominando como docentes.

Segundo Araújo (1993) a mudança na composição sexual do corpo docente entre meados do século XIX e o início do século XX, na maioria dos países ocidentais, é sem dúvida um fenômeno importante e já fartamente documentado. A docência feminina vem assumindo a liderança na Educação Básica, composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A mulher que antes era restrita ao espaço doméstico, sob a tutela do pai ou do marido, consideradas inaptas para as questões de ordem pública, sem direito ao estudo,

ao voto, à profissão ou à remuneração, passaram a se manifestar em praticamente todos os setores da sociedade. Grande parte dessas mudanças se deve ao que ficou conhecido como Movimento Feminista.

Rosemberg (2001) afirma que foi através desses movimentos feministas que as mulheres incidiram sobre várias dimensões do sistema, não só no Brasil, mas também em outros países americanos.

Das conquistas que as mulheres brasileiras tiveram no século XX, a educação foi a mais importante e significativa. O sexo feminino que apresentava as maiores taxas de analfabetismo e uma menor média de anos de estudo ultrapassou o desempenho do sexo masculino.

De acordo com Vianna (2001) a configuração desse processo, tem sua história. A presença feminina no magistério decorre das chamadas escolas domésticas ou de improviso do século XIX, algumas sem vínculos com o Estado e outras com docentes já aprovados como funcionários.

A escola de caráter doméstica ou improviso caracterizava-se pela iniciativa dos pais, em conjunto, em criar uma escola e, para ela, contratar coletivamente um professor ou uma professora. Sem, funcionavam em lugares improvisados nas casas das famílias, dos professores (as) e em outros lugares sem vínculo algum com o Estado.

De acordo com Almeida (1998) vincular às mulheres a responsabilidade educativa das crianças sempre foi uma proposta defendida pelos políticos e intelectuais brasileiros, por meio de uma mentalidade forjada nos moldes da herança cultural portuguesa. Para eles, a responsabilidade feminina nunca deveria transpor as fronteiras do lar, nem ser objeto de trabalho remunerado, o que era defendido em todas as instâncias sociais.

Segundo Louro (1997), os direitos conquistados pela mulher foram de uma forma secundarizados devido aos pré-conceitos refletindo na baixa remuneração e na desvalorização profissional. Um dos direitos alcançados foi a inserção da mulher no magistério. No Brasil, até então, não era uma atividade a que tivesse acesso, sob esta perspectiva o magistério na educação básica passou por um processo de re-significação, tornando-se uma atividade exclusivamente feminina.

Segundo Almeida (1998) a entrada das mulheres nas escolas normais e a feminização do magistério primário foi um fenômeno que aconteceu rapidamente. Essas

escolas ofereciam oportunidade de serem úteis ao próximo, de trabalharem fora, capacitarem melhor em educar seus próprios filhos e darem, pela primeira vez, instrução de grau médio, fato jamais acontecido no Brasil, ainda mais de maneira oficial e sistemática.

A feminização na educação, em especial nas séries iniciais da educação básica, tem sido frequentemente associado apenas ao ingresso majoritário de mulheres no magistério. Com base nos contexto já mencionado, essa prática educativa escolar não passa de uma herança histórica onde a sociedade define papéis e funções sociais a homens e mulheres

Para Louro (1997) as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros, isso significa que essas instituições "fabricam" os sujeitos e são produzidas por representações de gênero, uma vez que a escola é conceituada como feminina, devido a maior atuação de mulheres. Nesse espaço educativo são organizados e ocupados pelas professoras, onde atividade escolar é marcada pelo cuidado, pela vigilância e pela educação, tarefas tradicionalmente femininas.

De acordo com Vianna (2001) essa demanda feminina é resultado de intensas transformações econômicas, demográficas, sociais, culturais e políticas, e que acabam por determinar uma grande participação feminina no mercado de trabalho em geral. Os homens estão a cada dia abandonando as salas de aula nos cursos primários, e as escolas normais estão formando mais e mais mulheres.

Almeida (1998) ressalta que durante muito tempo a única profissão no espaço público, em que as mulheres puderam exercer foi a de professora, sendo impedidas de atuar em outros campos profissionais. A sua aceitação no magistério foi uma condição possível, associando suas atividades pedagógicas ao seu atributo de missão, vocação e continuidade daquilo que era realizado no lar.

Diante deste contexto a representação do magistério é transformada. A sociedade vê as professoras como mães e os alunos como seus filhos. Louro (1997. p. 104) afirma que

As mulheres professoras — ou para que as mulheres possam ser professoras — precisam ser compreendidas como "mães espirituais". O trabalho fora do lar, para elas, tem de ser construído de forma que o aproxime das atividades femininas em casa e de modo a não perturbar essas atividades. Assim, as mulheres que vão se dedicar ao magistério

serão, a princípio, principalmente as solteiras, as órfãs e as viúvas. Nos primeiros tempos, quem vai, efetivamente, exercer a profissão são as mulheres sós.

Desse modo, ressalta que as mulheres que não conseguiam se casar e ter filhos podiam se sentir vocacionadas para tal função, assim as professoras passaram a ser conhecidas por muito tempo como tias, as solteironas.

Para Almeida (1998) o trabalho docente feminino, está atrelado ao modelo de normatização e ao sistema capitalista exigido pelas regras masculinas e é acentuado pelo controle que o sistema social e que as mulheres sempre ocuparam, setores com menores salários.

Os estudos de Chamon (1996) afirmam que os homens abandonavam o magistério para ocuparem profissões mais remuneradas. Assim, o número de vagas deixado pelos homens foi sendo ocupadas pelas mulheres e era desonroso e até humilhante para os homens exercer essa profissão.

A feminização do magistério no Brasil pode ser considerada já devidamente alicerçada desde o século passado. Todos esses acontecimentos abordados contribuíram para a formação da identidade da mulher como professora, ocultando suas outras habilidades adquiridas.

Assim, Louro (2002, p. 229) defende que

A Educação está implicada, seja também qual for a perspectiva que se assuma, num processo de construção de sujeitos. Gênero pode ser, pois, um conceito relevante, útil e apropriado para as questões educacionais. Pondo em xeque o caráter “natural” do feminino e do masculino, o conceito indica que há um processo, uma ação, um investimento para “fazer” um sujeito “de gênero” (e não se duvida que a educação tem a ver com isso).

4.1 Masculino x feminino na Educação Infantil

A mulher ao longo dos anos sempre buscou conquistar seu espaço na sociedade, reivindicando direitos possíveis para sua inserção no mercado de trabalho. De acordo com o texto supracitado esse marco na história se deu pelas transformações sociais ocorridas na época.

O perfil dos profissionais de educação básica está concomitantemente relacionado ao contexto sócio-cultural, em que a mulher era considerada fraca,

despreparada para a educação da prole. Dentro desse contexto, foram desenvolvidas idéias de educá-las, com a finalidade de conter essa deficiência educacional.

De acordo com Felipe (2003), a 1ª lei de Instrução Pública (1827), afirmava que a educação feminina era justificada em função de seu destino de mãe, as mulheres eram as primeiras a darem educação a seus filhos, no qual tornariam indivíduos bons ou maus, condutas estas, moldadas aos sentimentos transmitidos por elas.

A ideia de Educação Feminina no Brasil se propagou com a Proclamação da República (1890), em que muitos autores acreditaram que a educação da sociedade deveria começar pela mulher. Os discursos não eram homogêneos, a educação feminina não estava voltada somente para o lar, como também, para o papel exercido pela mulher perante a sociedade. A necessidade de Educação Feminina procedeu-se a partir do processo de industrialização e urbanização, em que surgiram novas oportunidades de serviços mais remunerados para os homens, fazendo com que se desinteressassem pelo magistério.

O magistério passou a ser exclusividade feminina, aumentando o ingresso de mulheres nessa área, a fim de aumentar a interação feminina no meio social e aperfeiçoar o instinto maternal.

Hoje, é possível dizer, que por essas lutas feministas as mulheres ocupam os mais diferentes espaços sociais, com todas as suas implicações para a representação social do feminino. Mas ainda é presente em nossa sociedade a divisão de papéis sociais entre homens e mulheres, tornando sua presença maciça em determinadas ocupações e espaços na sociedade.

Historiadores da educação brasileira têm demonstrado por meio de uma variada gama de estudos que ao longo do século XX, à medida em que o Estado amplia a escolarização primária obrigatória, cresce, concomitantemente e de maneira significativa, a presença de mulheres em formação pedagógica.

Chamon (2005, p 58) afirma que:

a história mostra-nos que a mulher fora submetida, ao longo dos séculos, negligência, aos estereótipos e a distorção dos próprios fatos históricos. Somente por meio do desenvolvimento da história social (Nova História) e do interesse crescente pelos acontecimentos locais e pela vida familiar e cotidiana das pessoas é que se procurou dar visibilidade às mulheres e à sua história, bem

como às suas participações no contexto social como sujeitos de vontades, desejos e de projetos.

Esses conceitos de gênero são aprendidos no núcleo familiar, mas são acima de tudo construções sociais que variam de geração para geração, através dos tempos, das regiões e dos grupos sociais.

Essa divisão de trabalho, baseada num contexto histórico que a própria sociedade criou, de que o trabalho docente se dá pela vocação que somente as mulheres possuem, traz para os dias de hoje certa recusa do trabalho masculino nas instituições de ensino básico, por parte tanto dos homens quanto das mulheres.

Em nossa sociedade, muitas pessoas ainda esperam do homem um papel protetor e provedor da família, disvinculando-o dos papéis domésticos. A mulher é vista como mãe e mulher dependente, sendo sua responsabilidade a educação, o cuidado com as crianças, infra-estrutura doméstica e relações de afeto e alimentação, necessidades voltadas para a família.

Antes de seu nascimento, homens e mulheres já encontram pontos básicos predeterminados, de suas condutas de vida, suas possibilidades e limitações em relação ao meio social. O preconceito existente, hoje, em nossa sociedade sobre a inserção do homem na Educação Básica é resultado das características culturais, em que a própria sociedade atribui às diferenças de gênero.

Sayão (2005 p. 16) destaca que:

São evidentes os preconceitos e estigmas originários de idéias que vêem a profissão como eminentemente feminina porque lida diretamente com os cuidados corporais de meninos e meninas. (...) os cuidados com o corpo foram atributos das mulheres, a proximidade entre um homem lidando com o corpo de meninos e/ou meninas de pouca idade provoca conflitos, dúvidas e questionamentos, estigmas e preconceitos.

A inserção de educadores homens na educação infantil da Rede Municipal de Colniza é extremamente baixa. De acordo com o contexto já mencionado, a presença maciça de mulheres na educação básica, em especial na educação infantil não foge dos fatos históricos, onde as mulheres são vista como vocacionadas para tal profissão.

Com o intuito de compreender melhor a considerável presença feminina nas instituições de educação infantil do município de Colniza-MT, buscamos através da secretaria de educação e das diretoras de cada estabelecimento, levantar alguns dados em relação ao profissionais que atuaram no ano 2011 a 2012.

As diretoras forneceram os dados necessários para este projeto de pesquisa, principalmente o quadro de docentes da Creche Municipal “Criança Feliz”, Creche Municipal Pequenos Passo e Escola Municipal de Educação infantil Raio de Sol.

Com os dados em mãos, ficou evidente que no ano de 2011 não se fez presente professores do sexo masculino nas Creches, e somente 01 na Escola de Educação Infantil. Em diálogo com as diretoras, em relação à ausência masculina nessas instituições, as mesmas ressaltaram que nas creches há certa recusa dos pais em aceitar um homem trocando ou banhando seus filhos,

Podemos embasar as falas das diretoras em Bandeira (2006), ao afirmar que devido aos desvios presentes em nossa sociedade, abusos sexuais e fatos de violência, impedem a sociedade de aceitar homens trabalhando neste setor, a qual exige contato direto com a criança, o que reforça o preconceito, pois tanto homens como mulheres praticam violência e abusos sexuais contra crianças.

Devido à cultura, na qual estamos inseridos, a educação recebida e os fatos de violência física e sexual expostos pela mídia em torno do gênero masculino, as pessoas entrevistadas não conseguem aceitar um profissional do sexo masculino cuidando e educando suas crianças com o mesmo cuidado, carinho e dedicação de uma mulher.

Conforme Bandeira e Freire (2006), meninos e meninas são vítimas de diferentes práticas de abuso sexual que vão da importunação ao estupro e a exploração reiterada.

A diretora da educação infantil Raio de Sol, afirmou que o município dispõe de poucos profissionais formados na área, e que dentre 15 professoras com ensino superior para a educação infantil, somente um é homem. Ele lecionou no ano de 2011, mas não atua na área no momento, espera pela convocação do concurso.

Através dessa conversa formal com as diretoras, buscamos focar nossa pesquisa de trabalho na Educação Infantil Raio de Sol, por ser a única com a presença masculina em seu corpo docente.

Na unidade de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Colniza Mato Grosso, as profissionais responsáveis pelo trabalho direto com as crianças estão divididas em duas categorias: monitores e professores. Dentre os funcionários da Escola Raio de Sol alguns são contratados e outros concursados. As monitoras efetivas recebem o mesmo salário das merendeiras e das serventes que equivale a um salário mínimo, as monitoras contratadas recebem o mesmo salário dos professores que varia de dois a três salários.

O critério para a composição do quadro docente para essa instituição foi através de concurso público e contagem de pontos. Os candidatos inscritos para a Educação Básica em geral foram de 90% mulheres e 10% homens. Para a Educação Infantil somente 02 homens concorreram a 14 vagas disponíveis no município. Em relação aos contratos não houve candidatos homens para a contagem de ponto.

Em levantamento realizado junto à diretora da Escola Municipal de Educação Infantil detectamos que no momento não se faz presente educadores do sexo masculino no quadro docente dessa escola, mesmo sabendo que 01 dos professores que fizeram o concurso para tal área ficou em 3º lugar, mas ainda não foi convocado.

Como diz Robert Connell (*apud* Livia Perozim, 1995, p.1997) “No gênero, a prática social se dirige aos corpos”. A distinção de sexo se inicia com o enxoval do bebê. A cor rosa, na nossa cultura é associada ao sentimento, o azul, ao serviço. Podemos observar que as roupas dos meninos são confeccionadas em cores escuras, com motivos de esporte, meio de transporte e animais selvagens, enquanto as roupas das meninas são geralmente de cor clara com motivos florais ou animais domésticos elas são mais largas nos quadris com franzidos e adornos nos traseiros. Essa é a identidade que a sociedade impõe ao homem, uma imagem de machismo e virilidade tão mutiladora para ele como a imagem de feminilidade para a mulher.

Como já havíamos falado somente 01 homem compôs o quadro de docente no ano de 2011, buscamos então realizar uma entrevista com ele e com uma professora da mesma escola a respeito da sua opinião em relação à exclusividade feminina, a possível diferença do trabalho masculino e feminino e a disponibilização de vagas e capacitação para os educadores do sexo masculino neste município.

De início perguntamos aos entrevistados se para eles a educação infantil é uma exclusividade feminina no município de Colniza, os mesmos responderam: (professora) [...] Não, apesar que o gênero feminino se identifique com mais facilidade, a educação infantil pode ser desenvolvida por ambos. O professor [...] Não, porque todo e qualquer profissional que tenha capacidade e formação pode atuar na educação infantil.

Com essas respostas podemos observar, que a professora, mesmo argumentando que a educação da criança pequena é somente uma atividade feminina, ela transmite por meio das palavras uma ideia já mencionada por Cerisara (1996), que culturalmente a mulher é vista como a única responsável pelo cuidar e educar os filhos, sendo um padrão de comportamento moderado, imposto pela própria sociedade, acreditando que a mulher, por ser dotada de afeto maternal, tem mais carisma.

Em seguida perguntamos se eles vêem alguma diferença do trabalho masculino e feminino na escola. (professora) [...] Sim, o trabalho feminino já por natureza tem seu instinto. O gênero masculino desempenha um bom trabalho, mas por si ainda falta um certo tato que o trabalho exige. O professor [...] Não, vejo pessoas que criam resistência ao trabalho masculino na educação infantil, as condições de trabalho são as mesmas para masculino e feminino.

Diante da entrevista, podemos notar que a professora possui uma ideia distinta em relação ao trabalho docente, mesmo que não queira concordar sua fala pode ser embasada na concepção machista.

Segundo Bandeira (2006), todos nós somos herdeiros desta tradição, mediada pela preferência do homem e dominação da mulher, em que homens e mulheres são estimulados a desenvolverem habilidades, qualidades de caráter e valores distintos.

De acordo com Lacombe (*apud* Saporoli. 1997), a mulher sendo ou não esposa e mãe, é essencialmente educadora no lar e fora dele, a mulher tende naturalmente a se dedicar. Louro (1997 p.98), também afirma que as representações de professoras e professores dizem algo sobre esses sujeitos, “delineiam seus modos e traços, definem seus contornos, caracterizam suas práticas”, permitem-nos, enfim, afirmar se um indivíduo pode ou não ser identificados como pertencente a esse grupo.

Em seguida, foi pedido que eles comentassem sobre a disponibilização de vagas e capacitação para educadores do sexo masculino no município.

A professora [...] No momento não há disponibilização de vagas, mas já houve e três colegas se formaram, porém nenhum está atuando na área de educação infantil. O professor [...] Sem dúvidas é importante a presença masculina na educação infantil acredito que contribui na formação da criança e na valorização democrática em quebra de preconceito. Porém, no município ainda não visualizou esse aspecto do aproveitamento de profissionais masculino na educação.

A resposta do professor vai ao encontro de Cerisara (1996), quando ressalta que a Educação Infantil tem sido marcada por uma naturalização do feminino, quando é enfatizado o predomínio de mulheres como profissionais destas Instituições.

Para ela existe a necessidade e a importância da inclusão de homens e mulheres no trabalho direto junto às crianças pequenas, entendendo que a socialização de ambos os sexos supõe a construção social e corporal dos modos masculinos e femininos existentes no interior de nossa cultura.

O que acontece é que o próprio sistema não oferece oportunidades para o profissional do sexo masculino, e quando dispõem poucos são os homens interessados. Os professores homens sabem impor limites, brincar e cuidar de crianças pequenas tão bem quanto as mulheres.

Sayão (2005), afirma que as crianças precisam ter contato com adultos fortes e atuantes, de ambos os sexos, em todos os lugares, principalmente na escola, onde elas começam a se socializar longe da família. “Tanto nas atividades pedagógicas quanto nas esportivas ou recreativas, os pequenos vão aprender a respeitar diferentes identidades, porque a sociedade é formada por ambos os sexos.”

Segundo Bandeira e Freire (2006), as relações entre os sexos são orientadas pela prevalência da masculinidade. O papel do homem na vida social ainda é referido ao modelo machista. O machão corajoso, audacioso, forte, durão, conquistador, bem-sucedido ainda é um estereótipo poderoso, mantendo-se como orientação idealizada do ser homem.

Como a figura masculina “pai” deve estar presente na vida da criança em todas as etapas da sua vida, também deverá aparecer a figura masculina no profissional de Educação de Infância. Aqui aparece o Educador de Infância Homem, numa profissão onde há mais Educadoras de Infância que Educadores de Infância.

A docência não é uma profissão feminina, o que acontece é que ao longo dos anos começou a haver mais mulheres a exercer como educadoras de infância, e criou-se então uma espécie de preconceito.

Todo o percurso de mudanças ocorridas na educação de Infância é reveladora de um processo evolutivo, de uma profissão valorizada por muitos e crescentemente complexa onde, as constantes mudanças sociais definem a sua imagem, ao longo dos tempos.

Diante desta problemática de gênero que circula entorno da profissão docente no município de Colniza-MT, percebemos através da pesquisa, com os próprios educadores, que por mais que se defenda os direitos iguais entre homens e mulheres, a sociedade ainda caracteriza o trabalho da docência como uma tendência natural da mulher, inato e culturalmente adquirido por ela.

O fato de o homem ter sido por muito tempo o mantenedor da família justifica o baixo índice da presença masculina nas intuições de ensino, por ser esta, mal remunerada, conseqüentemente desvalorizada pela sociedade.

Importa, portanto, compreender a profissão docente do Educador de Infância como parte integrante do Sistema Educativo, atuando como agente social sobre ele, sendo simultaneamente, resultado da ação deste, e não se colocando a questão se é homem ou mulher.

5. CONCLUSÃO

Ao longo das últimas décadas, a mulher brasileira vem buscando compreender tanta desigualdade e discriminação que circulou e que ainda permeia o sexo feminino. Invocar a “diferença sexual” como explicação dos limites dos direitos individuais foi o que historicamente possibilitou o surgimento das feministas, levando estas mulheres a lutar por modificações estruturais e pessoais.

Mesmo diante das conquistas adquiridas pelas mulheres em relação aos direitos políticos e civis, muito ainda necessita ser feito para a elevação da condição da mulher em nosso país. Podemos afirmar que hoje, na prática escolar em nosso país, predomina o sexo feminino e de certa forma o homem não é visto como um profissional altamente qualificado para tal função. A idéia de que não é natural homem trocar fralda foi socialmente construída, baseada em uma grande discriminação. Essa visão não passa de uma herança histórica, onde a docência no Curso Primário era vista como maternal destinado as mulheres, como uma continuidade do lar.

Apesar de a profissão docente ser marcada por estereótipos de maternidade, ela representou o primeiro passo dado pelas mulheres, naqueles tempos, para obterem alguma instrução e conseguirem o ingresso no campo profissional. Essa profissão, por ser desvalorizada, deixou de ser interessante para os homens, buscaram então, outras dimensões sociais e econômicas da sociedade, legitimando assim a exclusividade feminina nas instituições de ensino.

A convivência com adultos de ambos os sexos na educação é de grande importância para a formação das crianças enquanto cidadãos, a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em relação aos cuidados com as crianças pequenas, deve ser revisto.

Vale ressaltar que a referência de paternidade é necessária de uma forma geral nas instituições de educação infantil, pois existem crianças que não têm isso em casa e a escola precisa oferecer a elas a figura masculina e sua função paterna. Portanto, a prática e a identidade docente de homens e mulheres devem ser compreendidas como formas de se representar a masculinidade e a feminilidade na escola, de maneira a contribuir para o desenvolvimento integral das crianças do nosso País.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo,

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. — Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BANDEIRA, Maria de Lourde e Freire, Otávio. **Antropologia** – Cuiabá: EdUFMT, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo**. 3a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre **Dominação masculina**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 1999.

CERISARA, Ana Beatriz. **Educadoras de creche: entre o feminino e o profissional**. Fase de doutorado (Faculdade de educação) USP. 1996.

CHAMON, Magda Lucia. Relações de gênero e a **Trajetória de feminização do magistério em Minas Gerais (1830 -1930)**. Belo Horizonte- MG. 1996. FaE/UFMG. (Tese de Doutorado) Orientadores: Glaucia Vasques de Miranda.

CIAMPA, Antônio da Costa. **Psicologia Social do homem em movimento**. 1984. p. 59-75.

COMENIUS, Johann Amos. **Didática magna**. São Paulo, Martins Fontes, 2002

DURÃES, Sarah Janes Alves. **Escolarização das diferenças: qualificação do trabalho docente e gênero em Minas Gerais (1860-1906)**. Doutorado em educação, PUC/ São Paulo, 2002.

FELIPE, Jane. **Estudos feministas**. número 4. 2003.

FORACCHI e MARTINS. Sociologia e Sociologia. **Socialização: Como ser membro da Sociedade livre. Tec. e científico.** RS. p. 39-51.

GROSSI, Mirian Pilar e PEDRO, Joana Maria (orgs). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade.** Ed. Mulheres, Florianópolis: 1998

JAGGAR E BORDO. **Gênero, corpo, conhecimento.** Tradução de Brítta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro. 1997

LORENSINI, Sandra Regina Geiss. Dissertação de mestrado. **Representações sociais de um grupo de educadoras infantis sobre a atividade profissional na creche em Cuiabá.** 2000. p. 37-45.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero: questões para a Educação.* In: Bruschini, Cristina, Unberhaum, Sandra G. (orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira.** São Paulo, SP: FCC: Ed.34, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. *Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares.* In: SILVA, Luiz Heron da (org). **A escola cidadã no contexto da globalização.** 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PEDRO, Joana Maria Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica SÃO PAULO. 2005

PEROZIM, Livia: **Revista Educação.** Edição 109. 1997.

PRETI, Oreste, Estudar a Distancia: uma aventura acadêmica. Cuiabá: EdUFMT, 2006. v 4. p. 118

SAPAROLLI, Eliana Campos Leite. **Educador Infantil: Uma ocupação de gênero feminino, mestrado em psicologia social.** Pontifício Universidade Católica, São Paulo. 1997. P. 1-5.

SAYÃO, Débora Homé. **Núcleo de pesquisa da educação de 0 a 6 anos, tese de doutorado em Educação.** Centro de Educação. 2005.

SELBACH, Jeferson Francisco [et al] *Mulheres: história e direitos/*. – Cachoeira do Sul: Ed. do Autor, 2005. UNESP, 1996.